



ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS
PORTUGUESES

BOLETIM N.º 18 | 2016



A T O D E P O S S E



Apoio às micro
e pequenas empresas

Feito
para
quem
faz.

Ninguém faz tanto pela nossa economia como as micro e pequenas empresas. E ninguém faz tanto pelas micro e pequenas empresas como o NOVO BANCO.

E queremos fazer muito mais para apoiar este segmento, nomeadamente trabalharmos com celeridade na aprovação e na celebração de contratos. Se quer crescer ou investir fale connosco e descubra todas as soluções que fazem do NOVO BANCO uma referência para quem faz.

novobanco.pt/empresas

NOVO BANCO⁴
NEGÓCIOS

EDITORIAL



FERNANDO CARMO
BASTONÁRIO ODO

É este o primeiro Boletim que publicamos na vigência da Ordem dos Despachantes Oficiais e cabe-me a honra de me dirigir à Classe e aos respetivos Leitores, neste Editorial, na qualidade de Bastonário, cargo para o qual fui eleito, por sufrágio universal.

O momento que sempre se vive nesta época é de reflexão. Sempre olhamos para o ano que termina e somos tentados a fazer uma retrospectiva dos nossos atos mais relevantes, dos acontecimentos que mais marcaram a nossa vida individual e coletiva, e a partir deles retirar ilações, ou seja, aprender para o futuro.

Não foi fácil este primeiro ano de vida da nossa Ordem. Aliás, devo reconhecer que foi muito difícil, instável, atípico e controverso.

Mas, também tivemos reconhecimento, camaradagem e solidariedade institucional. Recebemos provas de amizade, cortesia e apoio, designadamente de associações empresariais e profissionais, que muito nos honraram e agradecemos. Tenho de referir as posturas e mensagens muito amigas da APAT e AGEPOR, bem como da APOE e de várias Ordens Profissionais que conosco partilharam as suas opiniões e debates.

Outras entidades, a quem compete reforçar funções dos reguladores instituídos, limitaram-se a questionar princípios e regras que, nunca tendo estado em causa, não têm apoio na letra ou espírito da Lei vigente.

Mas, estamos no Natal. Vamos em breve iniciar um Novo Ano de 2017.

Com a esperança, que é a última a morrer, o entusiasmo e perseverança de quem tem a certeza de estar no caminho certo e de defender e lutar por princípios de equidade, proteção de direitos adquiridos, legalidade e igualdade, vamos entrar em 2017 com a cabeça erguida e cientes de que a verdade e a justiça ainda são valores em Portugal.

Deve a Classe dos Despachantes Oficiais, assim denominados ou utilizando a terminologia da nova legislação comunitária de REPRESENTANTES ADUANEIROS, manter a sua postura moral e profissional, impondo os seus direitos e prerrogativas, dignificando a sua função pública, socialmente relevante, em cada dia e em cada ato praticado.

Temos consciência das tarefas que temos de enfrentar e vencer para que a situação se torne transparente e todos possamos perceber que estamos num Estado onde o primado da Lei prevalece sem submissão a ficções ou pretensas legalidades preparadas à medida.

Por agora, concentremo-nos na quadra que se aproxima, formulando votos de um SANTO NATAL e um FELIZ ANO NOVO, COM SAÚDE, PAZ E PROSPERIDADE para todos.

São estes os sentidos votos da Ordem dos Despachantes Oficiais.



ÍNDICE

3	● EDITORIAL Dr. Fernando Carmo
5	● ATIVIDADE NACIONAL <ul style="list-style-type: none">- Código Aduaneiro da União- Assembleia Representativa- Estágio profissional de acesso a Despachante Oficial- Informática- Garantias e seguros de risco- Formação profissional dos Despachantes e seus empregados- Comunidades Portuárias- Conselho Nacional das Ordens Profissionais- Legislação
11	● OPINIÃO Ricardo Silva CETA, TTIP - investimento e política (comércio? nem por isso...)
13	● TOMADA DE POSSE DOS ÓRGÃOS SOCIAIS <ul style="list-style-type: none">- Tomada de Posse- Discurso de Posse- Corpos Sociais / Quadriénio 2016-2019
33	● OPINIÃO Carlos Dias Despachantes/Representantes Aduaneiros portugueses Especialização vs. Posicionamento
35	● ATIVIDADE INTERNACIONAL
36	● ASSOCIADOS
41	● REFLETINDO Dr. Fernando Carmo
42	● FICHA TÉCNICA

CONTACTOS



213 931 320
Fax 213 931 329



geral.lisboa@odo.pt



www.odo.pt



Rua D. Luís I, 5, 5.º
1249-286 LISBOA

ATIVIDADE NACIONAL

CÓDIGO ADUANEIRO DA UNIÃO



Publicado no Jornal Oficial L 269 de 10.10.2013, muito do seu articulado entrou em vigor em 30.10.2013 e o restante em 01 de maio de 2016, prevendo-se a elaboração de um programa de trabalho para o desenvolvimento e aplicação dos sistemas eletrónicos, o que não deverá acontecer antes de 2020. Anunciado como meio de promover o comércio internacional, aumentar a sua segurança e a transparência fiscal, o CAU veio a revelar-se como a consagração da arbitrariedade, incerteza e insegurança jurídicas, decorrentes de Regulamentos estudados e emitidos à medida e em cada momento.

Não será por acaso que nos vários Estados Membros é diferente a interpretação de uma mesma norma. Atenta aos vários desenvolvimentos de um processo que teve sucessivas alterações de redação, a ODO, especialmente através das Organizações Internacionais em que se integra, calendarizou, promoveu e incentivou a participação de todos os seus Associados, com vista a descodificar o que consta do CAU, em várias Sessões de Esclarecimento e Formação, como segue:

AT

- 21.03 (Lisboa) e 23.03.2016 (Porto)

ODO

- 19.04 (Lisboa) e 21.04.2016 (Porto)

AGEPOR / ODO

- 20.04 (Lisboa) e 21.04.2016 (Porto)
- Universidade Católica Portuguesa
- 10.05.2016 (Lisboa)
- Associação Comercial do Porto
- 31.05.2016 (Porto)

W

A ODO continuará a acompanhar os novos desenvolvimentos sobre o CAU, de que, como sempre, não deixará de dar conhecimento aos seus Associados.



LADEIRAS & MACHADO
DESPACHANTES OFICIAIS, LDA.

Na atividade aduaneira há mais de 50 anos



SERVIÇOS CERTIFICADOS:

- ✓ Importação;
- ✓ Exportação;
- ✓ Impostos Especiais de Consumo (Sistema IEC);
- ✓ Entrepósitos Aduaneiros;
- ✓ Legalização de Veículos;
- ✓ Intrastat.



Operador Económico Autorizado
certificado pela Comunidade Europeia

EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

- ✓ Com ética pessoal, profissional e comercial;
- ✓ Ouvindo, registando e estudando a resolução dos problemas dos clientes;
- ✓ Transferindo conhecimentos para os clientes e seus colaboradores.

DESPACHANTES OFICIAIS

Manuel António Ladeiras
João Manuel R. Soberano
António Manuel S. Ladeiras
Amélia Maria S. Ladeiras
Luís Pedro S. Ladeiras

CONTACTOS:

LEIXÕES
Rua Direita, 9
4450-452 Leça da Palmeira
Tel: (351) 229 996 760
Fax: (351) 229 958 686
Email: ladeiras.machado@ladeiras.pt

RÉGUA
Rua dos Camilões Ed. Columbano, 1º
5050-273 Peso da Régua
Tel: (351) 254 323 065
Fax: (351) 254 323 069
Email: ladeiras.douro@sapo.pt



www.ladeiras.pt

ATIVIDADE NACIONAL

ÓRGÃOS SOCIAIS DA ODO

No dia 16 de janeiro de 2016, ocorreu, no Centro Cultural de Belém, a Tomada de Posse dos Membros dos Órgãos Sociais da Ordem dos Despachantes Oficiais para o quadriênio 2016-2019.

Nas páginas centrais deste Boletim consta ampla reportagem sobre a cerimónia.

A S S E M B L E I A R E P R E S E N T A T I V A

Durante o corrente ano, realizaram-se as seguintes reuniões da Assembleia Representativa, com as Ordens de Trabalhos que se indicam:

16.01.2016

- Eleição dos Membros da Mesa da Assembleia

27.02.2016

- Regimento da Assembleia Representativa
- Regulamento do Estágio de Acesso a Despachante Oficial
- Regulamento dos Direitos e Benefícios dos Despachantes Oficiais
- Carta de intenção recebida pela ODO.

16.04.2016

- Apresentação das Contas da ODO e parecer do Conselho Fiscal

16.04.2016

- Regulamento Disciplinar
- Regulamento de Inscrição
- Análise da carta de intenção recebida pela ODO



12.12.2016

- Orçamento Ordinário 2017
- Plano de Atividades
- Parecer do Conselho Fiscal Extraordinária
- Orçamento Retificativo 2016
- Parecer do Conselho Fiscal
- Expropriação para Utilidade Pública -

C. M. Matosinhos

Nota – O Regulamento de Inscrição, o Regulamento Disciplinar e o Regulamento de Estágio Profissional de Acesso a Despachante Oficial foram publicados no D.R. n.º 135 2.ª Série, de 15 de julho de 2016

ESTÁGIO PROFISSIONAL DE ACESSO A DESPACHANTE OFICIAL

A 17 de novembro teve início o Estágio Profissional de Acesso a Despachante Oficial, com a valência de Pós-Graduação em Comércio Internacional e Representação Aduaneira.

As várias sessões de formação, que são realizadas em regime pós-laboral, presencialmente e em simultâneo por videoconferência, decorrem na Secção do Porto e na Sede da Ordem dos Despachantes Oficiais, em Lisboa.

Foram já lecionados e avaliados os módulos: Comércio Internacional e Ordenamento Aduaneiro e Controlo e Distribuição no Comércio Internacional.



PUB



**MANUEL E PEDRO
AMARAL**
Despachantes Oficiais, Lda.

Manuel e Pedro Amaral
Despachantes Oficiais, Lda.

Morada:
Rua da Manutenção, n.º 17 - 3.º dt.º
1900-318 Lisboa

Email:
pedroamaral@mpamaral.pt

Telefones:
Tel. +351 21 865 04 40/48
Fax +351 21 865 04 49

*Um mundo
sem fronteiras*

TROVISCO AIRES & CARMO
DESPACHANTES OFICIAIS, Lda

www.troviscoecarmo.pt
Largo Chafariz de Dentro nº19 2º, 1149-038 Lisboa
Tel: +351 218 823 340 / Fax: +351 218 823 341
Escritórios em: Lisboa, Porto (Leixões), Foz da Poz, Aveiro,
Vilar Formoso, Sinas e Setúbal

APCEC AEO

ATIVIDADE NACIONAL

I N F O R M Á T I C A

1. Ações de sensibilização sobre o Sistema Informático das licenças FLEGT

Realizou-se em 25.11.2016, por iniciativa da DGENV, em colaboração com a DSRA da AT, a sessão de sensibilização acima referida que estabelece um regime de Licenciamento para a importação de madeiras e produtos de madeiras para a UE, provenientes de países produtores de madeira com os quais a UE tenha celebrado Acordos Voluntários de Parceria.

2. Novos servidores de e-mail e domínio ODO.PT

A ODO concluiu o processo de migração para os novos servidores de correio em tecnologia Exchange Server. O Despachante Oficial fica assim com a possibilidade de poder utilizar o seu endereço atual de e-mail mas também o mesmo com o novo domínio “@despachante.odo.pt” em simultâneo.

G A R A N T I A S E S E G U R O S D E R I S C O

Considerando as profundas alterações introduzidas pelo CAU, em matéria de garantias e respetivas responsabilidades, a ODO estabeleceu contactos com várias entidades que, por força das suas atividades, podem auxiliar a minorar os riscos em presença.

Foram assim promovidas duas Sessões de Esclarecimento, uma na Secção do Porto, em 8 de junho, e outra na Sede em Lisboa, em 16 de junho, nas quais a COFACE apresentou os produtos que disponibiliza para os fins em vista.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS DESPACHANTES OFICIAIS E SEUS EMPREGADOS

Como anualmente faz, a ODO organizou um Curso de Formação Profissional para os Despachantes Oficiais e seus Empregados, com início em 17 de outubro, em Lisboa, e em 19 de outubro, no Porto, com as seguintes matérias:

Abordagem ao CAU e ao AEO - Direito de Representação - Regimes Aduaneiros e Garantias - Pauta Aduaneira - INCOTERMS e Contratos de Venda Internacionais - Gestão e Contabilidade - Impostos Especiais de Consumo - Dívida Aduaneira - Origens - Contrato Transporte Aéreo.



PUB



Despachante Oficial na Alfândega - Sociedade Unipessoal Lda

Avenida 24 de Julho 52, 2ºDtº
1200-868 LISBOA

tel: 21 392 02 40

fax: 21 390 77 58

E-mail: braamcamp@braamcamp-desp.pt

Delegação do Aeroporto de Lisboa

Aeroporto de Lisboa
Terminal Carga - Edifício 134 - piso 1
Gab. 1235
1750-364 LISBOA

Delegação de Alverca

Alverca - Estrada Nacional 10 Km 127
Edifício Patinter, 2º - Gab. 4
2615 ALVERCA DO RIBATEJO



ATIVIDADE NACIONAL

COMUNIDADES PORTUÁRIAS

Considerando os desenvolvimentos da nova Estratégia para os Portos Nacionais, assume especial relevo a atividade das Comunidades Portuárias.

Cada um dos seus membros desenvolve, dentro dos seus Portos, uma procura incessante de melhorias de funcionamento e rentabilização de custos. Têm também as Comunidades Portuárias um papel de auxiliar das Autoridades Portuárias no estudo e desenvolvimento de planos estratégicos, especialmente a nível de Modernização do Tratamento da Informação Eletrónica (JUP/JUL) e Governance – agilização de processos, reduções de burocracia e de custos.

Participando em várias Comunidades Portuárias, a ODO, durante o corrente ano, esteve presente em várias ações, nomeadamente:

18.02.2016 (PORTO DE LISBOA)

- Circuito de contentores e sua documentação

17.03.2016 (COMUNIDADE PORTUÁRIA DE SETÚBAL)

- Gestão do Porto

19.05.2016 (COMUNIDADE PORTUÁRIA DE SETÚBAL)

- Convenção Solas
- Fatura Única Portuária

21.07.2016 (COMUNIDADE PORTUÁRIA DE SETÚBAL)

- Análise da reunião das Comunidades Portuárias
- Custos dos Serviços Portuários

14.09.2016 (FORUM DE SIMPLIFICAÇÃO DO PORTO DE SINES)

- Convenção Solas
- Fatura Única Portuária
- DUC (Revisão do Modelo)

17.09.2016 (PORTO DE LISBOA)

- Fórum para a Simplificação de Procedimentos

CONSELHO NACIONAL DAS ORDENS PROFISSIONAIS

Como Membro de pleno direito, a Ordem dos Despachantes Oficiais participou durante o corrente ano nas reuniões do CNOP, nas datas e com os temas que seguem:

15.03.2016

- Conselho Económico e Social Europeu

17.05.2016

- Qualificações Profissionais (alterações da Diretiva)

11.07.2016

- Reconhecimento dos graus estrangeiros

07.10.2016

- Poder de Regulação das Ordens Profissionais

LEGISLAÇÃO

Seguindo o procedimento habitual, a Ordem dos Despachantes Oficiais disponibiliza diariamente, aos seus Associados, por Circular inserida no seu Site, as legislações comunitária e nacional relevantes.

OPINIÃO

RICARDO SILVA



C E T A , T T I P - I N V E S T I M E N T O E P O L Í T I C A (C O M É R C I O ? N E M P O R I S S O ...)

Em junho de 2016, os britânicos foram chamados a responder à pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" A maioria respondeu (BR)EXIT.

Em novembro, os EUA escolheram Donald Trump para ser o seu 45.º presidente. O processo de escolha foi sujo e enganador, mas os candidatos,

divergentes em quase tudo, anunciaram promessas coincidentes na questão do comércio global.

Trump disse com todas as letras que o NAFTA é para renegociar ou para rasgar, e que o TPP não é para avançar, alertando: "China, Mexico and Japan are killing us..."

Hillary, mulher do presidente que

assinou o NAFTA e que chegou a afirmar que o TPP seria o *gold standard*, mudou de opinião por recear perder o apoio eleitoral da ala mais à esquerda do Partido Democrata, nomeadamente dos Senadores Sanders e Warren.

Ou seja, um dos mais importantes *talking points* dos candidatos foi a questão dos acordos de comércio

PUB



ILDA MONTEIRO
Despachante Oficial

www.ildamonteiro.pt
Rua de Xabregas nº 2, Piso 2 - Sala 14 - 1900-440 Lisboa
Tel.: 218 623 836/7 - 218 680 311/12/13 | Fax: 218 623 838 | Tlm.: 919 662 961
gerencia@ildamonteiro.pt | geral@ildamonteiro.pt | financeira@ildamonteiro.pt

MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
DESPACHANTES OFICIAIS, LDA.



Eduardo Pereira
Despachante Oficial
Customs Brokers

Estrada Nacional 107, N.º 4142, Sala 108 - Freixo - 4455-491 Perafita - Portugal
Telefone: +351 229 959 486 - Telemóvel: +351 936 051 810
Email: santos.pereira@despachante.cdo.pt



Um mundo sem fronteiras

bca

Basílio, Carmo & Almeida, Lda.
despachantes oficiais

www.bca-despachantes.com
Av. Dr. Fernando Aroso nº 169, 4450-665 Leça da Palmeira
Tel.: +351 229 960 529 / +351 229 963 272
Escritórios em: Porto (Leixões), Lisboa, Flg. da Paz, Aveiro,
Vilar Formoso, Sintra e Setúbal



OPINIÃO

livre. E os extremos populistas de direita e esquerda tocaram-se. Trump ganhou. O *establishment* vai tentar ensinar-lhe o conceito de *realpolitik*.

E NA UNIÃO EUROPEIA, SERÃO OS ELEITORADOS DE CADA ESTADO MEMBRO CHAMADOS A PRONUNCIAR-SE ACERCA DO CETA OU DO TTIP?

No seio da UE, compete ao Conselho Europeu definir as políticas gerais para a Europa, e à Comissão Europeia executar tais políticas, seguindo a legislação comunitária aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho da União Europeia. Todos os Estados Membros têm representação nesses órgãos. Por isso, não. Definitivamente, não. Os europeus não vão votar especificamente sobre estes assuntos.

Mas a falta de voto “popular” sobre tal decisão não é algo de mau. Imagine-se o que seria a política da União ser decidida em múltiplos referendos, Estado Membro a Estado Membro... Que confusão! Que inércia! E ainda que se fizesse um referendo sobre o CETA e/ou sobre o TTIP. O que é que se perguntava às pessoas? “É a favor do comércio livre?”, “Concorda com a celebração do CETA e do TTIP pela UE?” Não faz sentido. A pergunta seria sempre demasiado imprecisa para poder ser corretamente interpretada e respondida com um SIM/NÃO.

TODAVIA, QUANDO FALAMOS DE CETA E DE TTIP NÃO FALAMOS SÓ DE COMÉRCIO LIVRE.

Estes acordos são muito amplos e integram legislação para áreas tão diversas como investimento, finanças, trabalho, ambiente, serviços,

qualificações, certificações, um *investment court system*, etc..

Justificar a celebração destes acordos com a redução ou eliminação das barreiras alfandegárias parece demasiado redutor. Se esse fosse o objetivo principal, certamente legitimado pela necessidade de aumentar as trocas com o Canadá, bastaria realizar um Acordo de Comércio Livre, à luz dos já existentes.

Segundo dados da própria UE, as PME representam 99% de todos os negócios na UE. Contudo, a sensação que temos quando começamos a ler o texto, é que o CETA não foi feito para ajudar as PME, mas sim para agradar aos conglomerados multinacionais. Aquela mega peça legislativa não foi feita por necessidade dos 99%, mas sim para o 1%.



Na verdade, o CETA, o TTIP, e ainda o TPP e o TISA têm que ser vistos como fazendo parte de um conjunto de mecanismos destinados a remover

“NÓS DECIDIMOS SOBRE ALGUMA COISA, DEIXAMOS NO AR, E ESPERAMOS PARA VER O QUE ACONTECE. SE NINGUÉM SE INDIGNAR, PORQUE A MAIORIA DAS PESSOAS NÃO ENTENDE O QUE FOI DECIDIDO, NÓS CONTINUAMOS PASSO A PASSO, ATÉ QUE NÃO HAJA RETORNO.”

JEAN CLAUDE JUNCKER, 1999,
SOBRE A MOEDA ÚNICA

todos os impedimentos ao comércio (circulação de mercadorias) e ao investimento (circulação de capitais).

Para os neoliberais, a soberania dos estados, a independência e autodeterminação dos povos são vistos como impedimentos, logo, devem ser removidos. A “lei” a vigorar é a “lei do mercado”, que se autorregula “por uma mão invisível”.

E é por isso que o Brexit e a vitória de Trump são simbolicamente significantes. Para muitas pessoas as bandeiras, a nação e o sentido patriótico continuam a ter muita importância.

Em dezembro, os italianos terão um referendo constitucional que pode levar à queda de (mais um) governo europeísta e à sua substituição pelos populistas anti-europeístas. No dia em que escrevo este texto o NÃO (à proposta de Renzi) lidera as intenções de voto. Em 2017, França e Alemanha vão a votos...



ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS

OS REPRESENTANTES ADUANEIROS
PORTUGUESES

Tomada de Posse dos Órgãos Sociais

Quadriénio 2016-2019

TOMADA DE POSSE

Realizou-se no dia 16 de janeiro de 2016, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, a cerimónia de Tomada de Posse dos Membros dos Órgãos Sociais da Ordem dos Despachantes Oficiais, eleitos para o quadriénio 2016-2019, em Assembleia Geral Eleitoral de 28 de dezembro de 2015.

Presentes o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Fernando Rocha Andrade, a Sr.ª Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr.ª Helena Maria Borges, os Srs. e Sr.ªs Subdiretores Gerais da AT, vários e ilustres Funcionários Aduaneiros, Bastonários de várias Ordens Profissionais, Presidentes de diversas Associações Profissionais e Empresariais, outras Autoridades, e significativo número de Despachantes Oficiais.

A Cerimónia teve início com a intervenção do Sr. Dr. Azevedo Rodrigues, Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, que abordou o tema da “Relevância da Intervenção das Ordens Profissionais”.
Numa muito bem conseguida intervenção, o Dr. Azevedo Rodrigues, enquadrando as Organizações Profissionais na ordem Jurídico-

-Constitucional, relevou a sua natureza de Associações Profissionais de direito público e reconhecida autonomia.

Integrando a Administração Indireta do Estado, as Ordens Profissionais foram criadas com vista à salvaguarda do interesse público fundamental e dos direitos essenciais dos cidadãos. Através delas, pretende o Estado a autorregulação de profissões cujo exercício exige independência técnica.

As Ordens Profissionais visam melhorar o funcionamento do setor das profissões regulamentadas. São atualmente as Autoridades Competentes, em cada setor, que visam facilitar o exercício das liberdades fundamentais de estabelecimento e livre prestação de serviços, garantindo simultaneamente aos consumidores e beneficiários dos serviços abrangidos uma maior transparência e informação.

As Associações Profissionais - Ordens Profissionais são, pois, entidades de direito público, representando profissionais que, por imperativo da tutela do interesse público prosseguido, justificam o controlo do respetivo acesso e exercício profissionais, a elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicas específicas e em

regime disciplinar autónomo. Concluiu, saudando todos os Membros dos Órgãos Sociais, desejando o maior sucesso no exercício das suas funções.

Seguiu-se no uso da palavra o Sr. Dr. Rui d'Orey, Presidente da Direção da Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, que, saudando os novos Membros dos Órgãos Sociais da Ordem dos Despachantes Oficiais, lembrou as relações de proximidade que vêm existindo entre a Ordem dos Despachantes Oficiais e a AGEPOR, esperando uma cada vez mais profícua colaboração, que seguramente acontecerá, para o tão desejado desenvolvimento portuário. Esta é a grande aposta da Associação a que preside, como forma de suportar a dinamização económica, assente nas exportações de que o País tanto precisa e na qual têm de participar todos os profissionais e suas Associações, ligadas ao setor, disse.

Interveio seguidamente o Sr. Dr. Paulo Paiva, Presidente da Associação dos Agentes Transitários de Portugal, que lembrou as relações de proximidade que vêm existindo entre a APAT e a ODO, anteriormente CDO, na resolução de várias questões com



que se vêm defrontando ambos os setores de atividade. Formulou votos para que tais relações sejam cada vez mais estreitas, em nome e por força da prestação de melhores serviços, no âmbito dos setores da atividade em que exercem a sua influência e formulou votos de maior êxito para os novos Membros dos Órgãos Sociais da ODO.

No âmbito das intervenções, usou por último da palavra o Sr. Dr. Nuno Rangel, Vice-Presidente da Associação Portuguesa dos Operadores Expresso, que, reconhecendo que o posicionamento dos Despachantes Oficiais, enquadrados pela sua Associação de Classe, é fundamental para o setor aduaneiro, disse esperar uma cada vez maior relação de proximidade da Associação que ali representava com a Ordem dos Despachantes Oficiais, no sentido de se conseguir prestar um cada vez melhor serviço aos operadores económicos. Desejou a todos quantos tomaram posse as maiores felicidades no exercício das suas funções

Deu-se depois início à Cerimónia da Tomada de Posse, que foi conferida, após leitura do respetivo Auto, pelo Despachante Oficial Sr. Vasco

de Almeida, Vice-Presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Despachantes Oficiais. Foram empossados, por ordem de antiguidade, todos os Membros eleitos (ver lista detalhada noutra local).

Foram de seguida galardoados vários Associados, com a respetiva Medalha, considerando a sua antiguidade.

O Bastonário da Ordem dos Despachantes Oficiais, Sr. Dr. Fernando Carmo, tomou posse em último lugar, tendo-lhe sido

imposta pelo Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais a Insígnia de Bastonário da Ordem dos Despachantes Oficiais.

Seguiu-se a primeira intervenção do Sr. Dr. Fernando Carmo, como Bastonário da Ordem dos Despachantes Oficiais (que se reproduz na íntegra noutra local).

Encerrou a Cerimónia o Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Fernando Rocha Andrade, que, com a sua reconhecida clareza, assertividade e profundos



TOMADA DE POSSE



conhecimentos, saudou os presentes e endereçou à Ordem dos Despachantes Oficiais os seus parabéns por este momento tão relevante.

De *tablet* na mão, informou toda a ilustre Audiência que teve a preocupação de se inteirar do desenvolvimento da atividade dos Despachantes Oficiais, ao longo dos tempos, desde o seu reconhecimento jurídico, bem como da sua Associação de Classe, primeiro Câmara dos Despachantes Oficiais, agora transformada em Ordem.

Reconheceu que a atividade desenvolvida por tais profissionais se tem revelado da maior importância para o Estado, na prossecução do interesse público que este prossegue, nomeadamente na regularização da situação fiscal de todos os operadores económicos e, portanto, na luta contra a fraude e evasão fiscais, que constitui um objetivo fundamental do Governo.

Lembrou, porém, que os objetivos do Governo prosseguem nessa área, impondo a economia do País que os mecanismos atualmente disponíveis se desenvolvam e harmonizem.

Referiu a propósito que o chamado “SIMPLEX” continua a ser uma prioridade do Governo, com vista à simplificação de procedimentos, melhores práticas e consequentemente à obtenção de cada vez melhores resultados. Disse saber que os Despachantes Oficiais têm desempenhado nesta área um papel da maior importância, e desafiou-os a fazerem chegar-lhe informações sobre tudo quanto no seu entender provoca constrangimentos no sistema e impede ou prejudica uma cada vez mais célere atuação dos operadores económicos e da Administração Fiscal.

Concluiu, desejando a todos os Membros dos Órgãos da Ordem dos Despachantes Oficiais empossados o maior êxito no exercício das suas funções.

Seguiu-se uma generalizada troca de cumprimentos e felicitações entre os Ilustres Presentes e os Membros dos Órgãos empossados.

A Cerimónia encerrou com um almoço em que participaram todos os presentes.

[O SECRETÁRIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS] RECONHECEU QUE A ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR TAIS PROFISSIONAIS SE TEM REVELADO DA MAIOR IMPORTÂNCIA PARA O ESTADO, NA PROSSECUÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO QUE ESTE PROSSEGUE, NOMEADAMENTE NA REGULARIZAÇÃO DA SITUAÇÃO FISCAL DE TODOS OS OPERADORES ECONÓMICOS E, PORTANTO, NA LUTA CONTRA A FRAUDE E EVASÃO FISCAIS, QUE CONSTITUI UM OBJETIVO FUNDAMENTAL DO GOVERNO.

DISCURSO DE POSSE

FERNANDO CARMO
BASTONÁRIO ODO



Ex.mo Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Dr. Fernando Rocha Andrade, em representação do Senhor Ministro das Finanças, Ex.ma Senhora Diretora Geral da Autoridade Tributária e Aduaneira, Dr.ª Helena Maria Borges, Ex.mos Senhores e Senhoras Subdiretores Gerais da Autoridade Tributária e Aduaneira, Ilustres Senhores Bastonários, Senhores Presidentes das diversas Associações Profissionais e Empresariais aqui presentes, Distintas Autoridades, Distintos Convidados, Caros Colegas
Minhas Senhoras e meus Senhores

A profissão de Despachante Oficial, hoje a nível europeu designada genericamente por Representante Aduaneiro, é referida por historiadores desde o século XVI.

Posteriormente, existem referências legislativas à profissão em diplomas datados de 1832 e 1861.

É, porém, com o Decreto n.º 7, de 7 de dezembro de 1864, publicado no reinado de D. Luís I, que se consagra o seu estatuto público, sendo atribuídos

direitos e deveres aos profissionais respetivos e estabelecidas as condições de acesso e exercício da profissão.

Assim se verifica que esta profissão existe há mais de 151 anos com o estatuto de profissão publicizada que tem hoje.

Em consequência da importância da atividade que vinham exercendo, em permanente e exemplar colaboração com as autoridades aduaneiras, reconheceu o governo de então que a mesma deveria ser enquadrada numa associação profissional de interesse público e, assim, pelo Decreto 34 514, de 20 de abril de 1945, instituiu a Câmara dos Despachantes Oficiais, à qual atribuiu poderes legais de regulação da profissão, sob tutela do Ministério das Finanças.

Completaram-se, assim, mais de 70 anos de existência desta Câmara, o que a torna uma das mais antigas

Associações Públicas Profissionais do país.

Desde o princípio, os despachantes oficiais, tal como os navegadores das descobertas, tiveram de pugnar pela aquisição dos saberes técnicos adequados ao desempenho das funções a que se propunham.

Assim, procurando informação em ambiente legislativo complexo e pouco acessível, progrediram e acompanharam a evolução legal subjacente ao desenvolvimento do comércio internacional.

Primeiro foi o Conselho de Cooperação Aduaneira, que deu origem ao GATT, com todos os seus Convénios e regulamentação. Depois veio a EFTA, de que Portugal foi fundador, com toda a sua inerente legislação e tratamentos preferenciais baseados em conceitos de origem mais rigorosos e melhor definidos.

Mais tarde tratou-se da adesão à CEE,

DISCURSO DE POSSE

com implicações determinantes, antes e depois da adesão propriamente dita. Esta fase provocou enormes alterações técnicas, legislativas e procedimentais, uma vez que tivemos de assumir todo o *acquis communautaire*, face à nossa adesão com todo o processo já em franca evolução e a necessária adaptação decorrente do Tratado. Tratou-se de uma verdadeira revolução de mentalidades e procedimentos, uma verdadeira corrida contra o tempo, concluída com o êxito que foi reconhecido, também com a nossa participação.

A nível externo, a CDO iniciou um processo de participação em atividades de representação europeia e mundial e, assim, integrou o CLECAT, organização eclética, com sede em Bruxelas e fundada em 1956, que alberga despachantes, transitários, transportadores das diversas vias, armazenadores, *couriers*, etc.. Depois, juntamente com diversos países europeus, fundamos a CONFIAD, confederação dos despachantes europeus, e tornamo-nos interlocutores da Comissão, nomeadamente nas reuniões do Trade Contact Group, promovidas pela TAXUD.

Aderimos à ASAPRA, associação sul-americana de despachantes aduaneiros da América Latina,

DESDE O PRINCÍPIO,
OS DESPACHANTES
OFICIAIS, TAL COMO
OS NAVEGADORES
DAS DESCOBERTAS,
TIVERAM DE PUGNAR
PELA AQUISIÇÃO DOS
SABERES TÉCNICOS
ADEQUADOS AO
DESEMPENHO DAS
FUNÇÕES A QUE SE
PROPUNHAM.
ASSIM, PROCURANDO
INFORMAÇÃO EM
AMBIENTE LEGISLATIVO
COMPLEXO E
POUCO ACESSÍVEL,
PROGREDIRAM E
ACOMPANHARAM A
EVOLUÇÃO LEGAL
SUBJACENTE AO
DESENVOLVIMENTO
DO COMÉRCIO
INTERNACIONAL.

Espanha e Portugal, com sede no Uruguai.

Integramos a IFCBA, International Federation of Customs Brokers Associations, com sede em Otava, Canadá, e fundamos a WCBO, World Customs Brokers Organization.

Com todas as organizações, a que muitas vezes presidimos, colaboramos elaborando legislação aduaneira, tudo se reportando aos respetivos associados, que a aplicam na sua atividade também de consultores de comércio externo, com quem estabelecemos redes internacionais de trabalho.

Desde o início da sua atividade reguladora, impôs a Câmara dos Despachantes Oficiais como seu principal objetivo assegurar o rigor no exercício profissional dos seus associados, enquanto representantes dos operadores económicos, mas tendo sempre presente a prossecução final do objetivo do Estado, no relevante combate contra a fraude e evasão fiscais.

A Lei 112/2015, de 28 de agosto, republica o Estatuto da Câmara dos Despachantes Oficiais e simultaneamente transforma-a em Ordem Profissional, mantendo não só inalteradas todas as atribuições que já lhe haviam sido cometidas, mas acrescentando ainda outras da maior relevância.

















DISCURSO DE POSSE

Claramente, o legislador, por força da transposição para o ordenamento jurídico português do que se encontra estabelecido nas Diretivas europeias da “Liberdade de Prestação de Serviços e de Estabelecimento” e “das Qualificações”, manteve a tutela do Ministério das Finanças e o poder de regulação delegado na Ordem. Já vem da anterior legislação que compete à Ordem regular o acesso e exercício profissional, exercendo controlo sobre a Classe e detendo o poder disciplinar. É à Ordem que compete organizar e ministrar anualmente os Cursos de Estágio para acesso à profissão, mediante regulamento interno devidamente homologado pela respetiva tutela. É à Ordem que foram atribuídos poderes para emissão das Cédulas Profissionais, o que aliás se verifica há cerca de 12 anos.

Foram agora também atribuídas competências para proceder ao reconhecimento de qualificações de profissionais de outros Estados Membros da União Europeia e, mediante convenções de reciprocidade, também de países terceiros.

Tal como define a Lei-quadro das Associações Públicas Profissionais, para cada profissão tutelada/ qualificada só pode existir uma única Ordem Profissional.

Por isso, cada uma destas profissões tem de ser titular de atos próprios

... A PROFISSÃO DE REPRESENTANTE ADUANEIRO, NO QUE RESPEITA AOS ATOS DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÕES ADUANEIRAS, A TÍTULO PROFISSIONAL E POR CONTA DE OUTREM, TAL COMO ESTÁ DEFINIDA NO ESTATUTO DA ORDEM, SÓ PODE SER EXERCIDA SOB CONTROLO DA ORDEM DOS DESPACHANTES OFICIAIS.

e exclusivos, sem qualquer tipo de ambiguidades, assim se evitando situações que perturbem o normal desempenho profissional decorrente de concorrência desleal e, muito mais grave, a defesa dos interesses dos operadores económicos e do Estado. As Diretivas comunitárias e o Ordenamento jurídico nacional atual, neste âmbito, clarificam o que se pretende e definem as regras a respeitar por aqueles que exercem, ou pretendem exercer, as profissões qualificadas.

Assim, a profissão de Representante Aduaneiro, no que respeita aos atos de elaboração e apresentação de declarações aduaneiras, a título profissional e por conta de outrem, tal como está definida no estatuto da Ordem, só pode ser exercida sob controlo da Ordem dos Despachantes Oficiais.

Acrescente-se que estão também definidos no Código Aduaneiro da União, bem como em legislação conexa e complementar, designadamente quanto aos Regulamentos de Execução e Regulamentos Delegados, os requisitos necessários para o exercício da profissão de representante aduaneiro, designadamente quanto aos critérios de competência exigíveis. O Centro Europeu de Normalização está a concluir uma Norma Europeia que define, com rigor, o que deve ser exigido para o exercício da profissão, regras que acompanhamos muito de

DISCURSO DE POSSE

perto. Este trabalho, executado por diversos Estados Membros da UE, pretende harmonizar o conceito de competência e capacidade exigíveis para quem pretende declarar perante as alfândegas em nome e por conta de terceiros a título profissional. Em Portugal, este trabalho está a ser elaborado com a participação do IPQ - Instituto Português da Qualidade e a presença no GT da AT, APAT e AGEPOR, para além da ODO.

Deste modo, em total respeito pela legislação publicada, vigente e aplicável, deve também a Administração Pública implementar os procedimentos que considere adequados ao cumprimento da Lei, em defesa dos operadores económicos e do próprio Orçamento de Estado. Os despachantes oficiais são na sua essência os Representantes Aduaneiros dos operadores económicos que, assegurando o cumprimento integral das formalidades aduaneiras relativas aos movimentos internacionais de mercadorias, promovem o sucesso dos negócios dos importadores e exportadores, desejando não se sentirem confrontados com 'facilidades' oferecidas por quem não está sujeito a regras de tutela e regulação.

Em cooperação com as alfândegas nas suas funções essenciais, os despachantes oficiais intervêm, para além do contexto aduaneiro, nas

NO ANO DE 2015, OS
DESPACHANTES OFICIAIS
PATROCINARAM CERCA DE
420 000 DECLARAÇÕES
ADUANEIRAS, SENDO
CERCA DE 150 000 DE
IMPORTAÇÃO E 270
000 DE EXPORTAÇÃO,
PARA ALÉM DE OUTROS
TIPOS DE OPERAÇÕES
LIGADAS À COBRANÇA
E CONTROLO DE
MOVIMENTOS DE
MERCADORIAS SUJEITAS
A IEC'S (...).
DECORRENTE DESTA
ATIVIDADE, OS
DESPACHANTES
OFICIAIS, COM AS
SUAS GARANTIAS DE
DESALFANDEGAMENTO,
COBRARAM E/OU
ASSEGUARAM PARA O
ORÇAMENTO DO ESTADO
E DA UNIÃO EUROPEIA,
OS DESIGNADOS
RECURSOS PRÓPRIOS,
CERCA DE 4 000 MILHÕES
DE EUROS.

áreas fiscal, estatística, de proteção da saúde pública, de proteção do ambiente, fauna e flora, no combate à contrafação, na proteção dos direitos da propriedade industrial, na luta contra a fraude e evasão fiscais e no controlo de movimentos de mercadorias sujeitas a Impostos Especiais de Consumo e respetiva cobrança deste imposto.

No ano de 2015, os despachantes oficiais patrocinaram cerca de 420 000 declarações aduaneiras, sendo cerca de 150 000 de importação e 270 000 de exportação, para além de outros tipos de operações ligadas à cobrança e controlo de movimentos de mercadorias sujeitas a IEC's, ou seja, tabaco, petróleo, álcool e bebidas alcoólicas, para além de operações de trânsito comunitário e outras.

Decorrente desta atividade, os despachantes oficiais, com as suas garantias de desalfandegamento, cobraram e/ou asseguraram para o Orçamento do Estado e da União Europeia, os designados recursos próprios, cerca de 4 000 milhões de Euros.

Neste contexto, quero aqui também afirmar a nossa total e incondicional disponibilidade para colaborar com a Administração Aduaneira para, tal como no passado, acompanhar, testar e desenvolver procedimentos tendentes a uma melhor resposta às necessidades dos operadores



económicos, promovendo a exportação dos nossos produtos como convém à economia do país. Não deixaremos de ser, como sempre fomos, críticos construtivos do sistema, apontando e procurando melhorar e denunciando o que deve ser banido. Tivemos sempre uma participação ativa na vida aduaneira, tanto a nível central como periférico. Já vivemos melhores dias em que a resposta aduaneira foi mais eficiente e eficaz, posição que temos de retomar. No *ranking* Logistics Performance Index, elaborado pelo Banco Mundial e publicado no final do ano passado, Portugal ocupava, em 2014, no que à resposta das alfândegas interessa, a 31.ª posição, depois de já ter sido classificado na 26.ª, no ano de 2007. Refletindo sobre este indicador, provavelmente todos os que nos encontramos inseridos neste nosso mundo aduaneiro bem percebemos a razão desta performance, que todos

NO RANKING LOGISTICS
PERFORMANCE INDEX,
ELABORADO PELO BANCO
MUNDIAL E PUBLICADO
NO FINAL DO ANO
PASSADO, PORTUGAL
OCUPAVA, EM 2014, NO
QUE À RESPOSTA DAS
ALFÂNDEGAS INTERESSA,
A 31.ª POSIÇÃO,
DEPOIS DE JÁ TER SIDO
CLASSIFICADO NA 26.ª,
NO ANO DE 2007.

temos obrigação de melhorar. Este e outros temas aduaneiros, porém, poderão ser aprofundados em lugar e momento próprios, reafirmando a nossa total disponibilidade para o que for entendido adequado. É momento agora de dar relevo merecido a todos os Colegas que contribuíram de forma muito importante para a relevância e prestígio da nossa Instituição. Muitos já não se encontram entre nós, sendo certo que, onde quer que estejam, se deverão sentir orgulhosos do trabalho e empenho que dedicaram à nossa organização de classe. Quanto àqueles que estão connosco e dedicaram parte da sua vida e atenção à nossa Câmara, agora Ordem, integrando órgãos diretivos, comissões e grupos de trabalho, quero em nome pessoal e de toda a Classe agradecer toda a dedicação demonstrada.



Senhor Secretário de Estado, Dr. Fernando Rocha Andrade, a presença de V. Ex.ª neste ato sinaliza indiscutivelmente o interesse que dispensa ao setor aduaneiro. Gostaríamos de parafrasear a Rainha Santa Isabel dizendo que “tudo são rosas, Senhor”. Infelizmente, não é verdade. Existem obstáculos que urge ultrapassar. Em modos de fé pública, manifestamos, com lealdade e o espírito que sempre nos norteou, a nossa total disponibilidade para colaborar na busca das melhores soluções para os desafios que, em conjunto, teremos de enfrentar, tendo como cenário o ambiente jurídico nacional e comunitário e a defesa dos interesses do nosso país e dos operadores económicos que representamos. Muito obrigado pela disponibilidade demonstrada, bem sabendo, todos nós, as enormes responsabilidades a que se encontra sujeito neste

momento; o nosso mais sincero reconhecimento. Agradeço ainda a presença da Senhora Diretora Geral da AT, Dr.ª Helena Maria Alves Borges, aproveitando a oportunidade para, em meu nome pessoal e da Classe que represento, apresentar sinceras felicitações pela recente nomeação para o difícil cargo que já vinha desempenhando em regime de substituição. Agradecimentos estes extensivos às Senhoras e Senhores Subdiretores Gerais da AT, ao Senhor Dr. Armando Cruz, representante permanente da AT junto da Comissão Europeia, também às Senhoras e Senhores Diretores das Alfândegas Marítima de Lisboa, do Aeroporto, de Alverca, de Aveiro e de Braga, bem como de outros organismos aqui representados, designadamente a Direção Regional da Agricultura e Pescas. Muito obrigado também à Senhora Deputada Dr.ª Odete Silva, em representação do Presidente do

Grupo Parlamentar do PSD. O nosso reconhecimento. Um agradecimento final ainda para os Senhores Bastonários, Presidentes e membros das direções que nos acompanham neste dia histórico para a ODO, designadamente das Ordens dos Farmacêuticos, dos ROC, dos Solicitadores, dos Biólogos e dos Nutricionistas, bem como da AGEPOR - Associação dos Agentes de Navegação de Portugal, da APAT - Associação dos Transitários de Portugal, e da APOE - Associação dos Operadores Expresso. Um agradecimento sentido, pela adesão a este evento, à Classe, que uma vez mais mostra a sua vitalidade sempre que é chamada a participar. Finalmente, aos Colegas que hoje comigo tomaram posse de cargos sociais da ODO para os próximos quatro anos, o meu reconhecimento e da Classe, formulando votos de muito sucesso associativo, pessoal e profissional. A todos, muito obrigado pela atenção dispensada.

CORPOS SOCIAIS

QUADRIÉNIO 2016-2019



ASSEMBLEIA DE REPRESENTANTES

Luís Fernando da Veiga Pires
Manuel Fernando Bragança Rijo
Nuno Manuel Moreno de Eça Braamcamp
António Morgado Macedo
José Manuel de Lemos Marques Sobreiro
Mário Alexandre Alves Jorge
Vasco de Almeida

Fernando José da Silva Pinto Coelho
Cândido Joaquim Lima da Silva Graça
Adelino Fernando Marques Pereira
António José Delgado Chaveiro
João Carlos Pessoa Alves Garcia
Armando Luís Borges Mesquita
Manuel Lima Monteiro
Ilda Maria de Jesus Monteiro
Fernando Oliveira da Silva
Zacarias Malheiro da Silveira
Lucília Maria Cristóvão Nunes de Jesus
Fernanda da Silva Araújo
José Carlos de Oliveira Leitão

SUPLENTE

Fernando Gonçalves Dias
Delfim Leite da Costa Oliveira
Nuno Afonso Cardoso Ferreira Pinto de Oliveira
Pedro Miguel dos Santos Gaspar Amaral
Sérgio Alexandre Fernandes Borges

CONSELHO DIRETIVO

1.º VICE-PRESIDENTE

Rui Paulo dos Santos Casimiro

2.º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Manuel Amorim dos Santos Pereira

VOGAIS

José Júlio Roma de Andrade
Ricardo José Neves da Silva

SUPLENTE

Fernando Manuel Ferreira Cardoso
Carlos Manuel Rosa Cardoso Dias

CONSELHO DEONTOLÓGICO

PRESIDENTE

Norberto Dias dos Santos

VICE-PRESIDENTES

Luís Artur Pereira de Almeida
Graça Maria Nascimento Vilhena

VOGAIS

Henrique Carlos Canelas de Oliveira
João Joaquim Martins Castanheira

SUPLENTE

João Carlos Ribeiro de Sousa Magalhães
Carlos Manuel Góis dos Santos

BASTONÁRIO

Fernando Manuel do Carmo

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE

Maria Madalena dos Santos Nogueira Caracol

VOGAL

Ivone Carla dos Santos Miranda Branco Vasco

R.O.C.

Bruno Márcio Fonseca Cabral da Trindade

SUPLENTE

Maria Alexandra dos Santos Trovisco Aires Vargas



OPINIÃO

CARLOS DIAS



DESPACHANTES / REPRESENTANTES ADUANEIROS PORTUGUESES ESPECIALIZAÇÃO VS. POSICIONAMENTO

«It is not the strongest of the species that survives,
nor the most intelligent that survives. It is the one
that is most adaptable to change»

Charles Darwin

Aos Despachantes/Representantes Aduaneiros, satisfazerem apenas os pedidos das empresas Exportadoras e Importadoras atualmente não basta; terão, sim, que as ajudar a descobrir as suas reais necessidades, numa lógica de assessoria aduaneira especializada. A dinâmica atual do comércio internacional, contando com a proliferação de tratados internacionais, acordos de comércio livre, incertezas políticas, para além das conhecidas ameaças ao nível da segurança global, conduz inevitavelmente à exigência dos operadores económicos, na área aduaneira, poderem contar com técnicos devidamente credenciados e especializados.

Justamente utilizando o alcance e observação global que o contacto com o comércio internacional permite, aliado à imprescindível competência técnica especializada, encontram-se os Despachantes/Representantes Aduaneiros, desde sempre, numa posição fulcral e insubstituível na relação entre os operadores económicos, as alfândegas e demais instituições do Estado, assegurando simultaneamente a confiança pública na profissão.

Estamos diante de profissionais dotados de um grau de qualificação profissional necessariamente elevado, porquanto os mesmos se propõem contribuir para a otimização dos formalismos aduaneiros a cumprir pelas empresas exportadoras e importadoras, mediante a prestação de serviços rodeados de exigências técnicas.

PUB

Desempenhando um papel multifacetado, os Despachantes/Representantes Aduaneiros ocupam um espaço central na negociação internacional, contribuindo os seus conhecimentos técnicos especializados para o posicionamento da profissão, entendido este como a identidade ou imagem percebida

MANUEL DOS SANTOS PEREIRA
DESPACHANTES OFICIAIS, LDA.

ESPECIALISTAS ADUANEIROS DESDE
CUSTOMS BROKERS SINCE
1969

Estrada Nacional 107, N.º 4142, Sala 108 - Freixeiro - 4455-491 Perafita - Portugal
Telefone: +351 229 959 486 - Telemóvel: +351 936 051 810
E-mail: santos.pereira@despachante.cdo.pt

OPINIÃO

como distintiva de outras atividades, particularmente aquelas que se relacionam diretamente com o comércio internacional.

Deve-se considerar a especialização como base à diferenciação profissional, sendo estes princípios básicos estratégicos para os Despachantes/Representantes Aduaneiros, quer na sua ação global, quer nos atos próprios praticados, ambos fundamentais na representação aduaneira.

Conhecendo a senda e realidade desta profissão ao longo das últimas décadas, tendo em conta a história, sobretudo a económico-política, torna-se evidente a contribuição e capacidade de resposta prestadas às exigências da normal, mas acelerada, evolução do comércio internacional, sendo permanentemente o elo de confiança entre as alfândegas e as empresas portuguesas exportadoras e importadoras.

Desde a extraordinária evolução tecnológica, passando por uma crescente liberalização, fundada num ideal de globalização que na prática tem evoluído num sentido divergente do inicial, o mundo e a(s) economia(s) mudaram substancialmente.

A área do saber do marketing, relativamente aos serviços diz-nos: “fazer bem e fazer certo” é o lado tangível que o cliente recorda ao longo do tempo.

Assumindo este conceito geral de base empresarial, torna-se claro que a atividade dos Despachantes/Representantes Aduaneiros, cimentada na superior especialização profissional, é distinguida das demais organizações, sejam elas

ligadas direta ou indiretamente ao comércio internacional, permitindo assim posicionar a profissão como de fundamental relevância.

Sustentados nestes pilares estratégicos – especialização e diferenciação – obrigando-se a ajustar a sua ação à especial dinâmica empresarial e na observância das normas, regras e procedimentos estabelecidos, quer pelo Estado português, quer pela UE, designadamente os que resultam da implementação do CAU - Código Aduaneiro da União, ficam os Despachantes/Representantes Aduaneiros melhor preparados na prestação às empresas de serviços de elevado valor acrescentado.

Atendendo aos princípios fundamentais do CAU a implementar até 2020 – simplificação de procedimentos, por um lado, e comunicação com as alfândegas deverem ser totalmente eletrónicas, por outro – poderá ser assumido pelo Despachante/Representante Aduaneiro um papel essencial no sucesso das medidas previstas no referido código.

Neste contexto, especialização produz e desencadeia facilitação, e também simplificação, reforçando o caráter distintivo desta profissão e seu respetivo posicionamento.

Finalmente, tendo em conta os atuais tempos de mudança, refletindo e acolhendo o que foi preconizado por Charles Darwin, dever-se-á deixar uma atenção especial futura para a desejável superior capacidade de adaptação exigida aos Despachantes/Representantes Aduaneiros Portugueses.

...ENCONTRAM-SE OS DESPACHANTES/ REPRESENTANTES ADUANEIROS, DESDE SEMPRE, NUMA POSIÇÃO FULCRAL E INSUBSTITUÍVEL NA RELAÇÃO ENTRE OS OPERADORES ECONÓMICOS, AS ALFÂNDEGAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES DO ESTADO, ASSEGURANDO SIMULTANEAMENTE A CONFIANÇA PÚBLICA NA PROFISSÃO.

ATIVIDADE INTERNACIONAL

O corrente ano revelou-se extraordinariamente difícil e trabalhoso, no âmbito das Organizações Internacionais em que a Ordem dos Despachantes Oficiais participa (CLECAT e CONFIAD). A publicação e entrada em vigor do Regulamento (UE) 952/2013 (Código Aduaneiro da União), do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/2446, do Regulamento de Execução (UE) 2015/2447, do Regulamento Delegado (UE) 2016/341 (Medidas Transitórias) e da Decisão de Execução (UE) 2016/578 (Desenvolvimento e Implementação dos Sistemas Eletrónicos), pretendendo constituir um conjunto de normativos facilitadores, de segurança e transparência e de promoção do Comércio Interno e Internacional, veio a revelar-se uma amálgama de conceitos e procedimentos de difícil interpretação, que tem provocado que cada Estado Membro os aplique segundo a sua própria interpretação. Acrescem situações de omissão que é urgente suprir. Essencialmente através do CLECAT e do seu Instituto Aduaneiro, onde têm assento todos os representantes das várias áreas de atividade do Norte ao Sul da Europa, tem a TAXUD vindo a ser solicitada sobre todas as matérias, no sentido de se obter uma clarificação de textos e supressão de lacunas. A burocracia e o desconhecimento da prática no “terreno”, mais uma vez se demonstra que nunca “casaram” bem. Na impossibilidade de relatar tudo quanto foi tratado e discutido nas reuniões em que a ODO participou -

e foram todas -, a seguir referimos as respetivas datas e os temas mais relevantes nelas tratados, com a referência que a Delegação da ODO foi assegurada pelos nossos Colegas, Dr.ª Alexandra Aires e Luís Veiga Pires:

1. CLECAT – EUROPEAN VOICE OF FREIGHT LOGISTICS AND CUSTOMS SERVICES 04.03.2016 (BRUXELAS)

- Padrão de Competência
- CAU – Atos Delegados e Atos de Execução
- Armazenamento Temporário
- TAXUD – Criação de grupos de trabalho (Simplificações, Importação, Exportação e Garantias)
- Diretiva sobre Sanções e Infrações

10.06.2016 (LONDRES)

- Padrão de Competência
- Correções aos Atos Delegados e de Execução
- Garantias (Inadequação)
- Arbitrariedade das Decisões das Alfândegas
- AEO (Dificuldades de Acesso das Pequenas e Médias Empresas)

21.06.2016 (ROTTERDÃO)

- Assembleia Geral
- Revisão da Estratégia do CLECAT
- Definição dos objetivos dos vários Institutos (Instituto Aduaneiro – CAU, Padrões de Competência, Harmonização das Infrações e Sanções Aduaneiras)

07.09.2016 (BRUXELAS)

- Dificuldades de implementação do CAU
- Adoção do Relatório Kalas (a

Diretiva das Infrações e Sanções aplica-se apenas a infrações não criminais e distingue o dolo da negligência)

- Libertação de garantias
- Local de apresentação das declarações aduaneiras
- Limitação da dívida aduaneira
- Padrões de Competência
- Janela Única

16.11.2016 (BRUXELAS)

- Apresentação dos Relatórios pelos vários Institutos
- Reorganização Interna

16.11.2016 (BRUXELAS)

- Fórum dos Transitários
- Comércio Eletrónico
- Logística Aérea
- Segurança na Cadeia de Abastecimento

2. CONFIAD – PAN EUROPEAN NETWORK 24.04.2016 (BRUXELAS)

- CAU (Procedimentos)
- Atos Delegados
- AEO
- Dívida Aduaneira
- Valor Aduaneiro
- Garantias
- Estatuto Comunitário
- Artigos

3. CEN – CENTRO EUROPEU DE NORMALIZAÇÃO 15/16.09.2016 (PARIS)

- Foram aprovados os Critérios de Competência para os Representantes Aduaneiros, definindo os requisitos de acesso ao exercício profissional

ASSOCIADOS

Abílio Pereira Ferreira
 Acácio Augusto dos Santos e Sousa
 Adelino Fernando Marques Pereira
 Adelino Infante Gouveia
 Adérito Nunes Monteiro
 Adriano de Almeida Valente
 Adriano Gomes Pinhal
 Albano de Magalhães da Cunha Gil
 Alberto Alexandre Pais Pires
 Alberto Augusto da Costa
 Alberto Carlos Margalho Coutinho
 Alberto José Vieira
 Albino Ferreira de Queirós
 Alexandre Artur Oertel Vieira Lobo
 Alfredo Barbosa da Fonseca
 Alfredo Martins Gonçalves de Azevedo
 Alfredo dos Santos Mella
 Alfredo Soares Ferreira
 Álvaro Adelino Gomes de Andrade
 Álvaro Fernandes Castela
 Álvaro Joaquim dos Santos Paula dos Reis
 Álvaro Teves Franco de Lemos
 Amândio Joaquim da Silva Peixoto
 Amélia Maria dos Santos Ladeiras Beleza de Vasconcelos
 André Filipe Prata de Lima de Sousa Pinto
 André Filipe Salvador de Sousa
 Aníbal José Andrade Fernandes da Silva
 Anselmo Henrique Duarte Couto
 António Adelino Teixeira Moreira
 António Barbedo Vieira Tinoco
 António Braga Barros
 António Carlos Costa Leal
 António Carlos Rodrigues do Amaral
 António Coelho Barbosa
 António Diogo Cavaco
 António Dulcídio da Costa Almeida
 António Feliciano Medeiros Caldeira
 António Fernandes
 António Fernandes de Abreu
 António Fernando Cristina Cruz e Ferro
 António Fernando de Freitas e Silva Pinto
 António Fernando Pinto de Andrade
 António Gil Tadeu
 António João Florindo Cadete
 António Joaquim de Campos Carvalho
 António Joaquim da Cunha Lopes
 António Joaquim Mendonça Ferreira
 António Joaquim Neves Matias
 António Joaquim Soares Ferreira
 António Jorge Monteiro Martins Alves
 António José Barbosa Magalhães
 António José Campos Corujeira

António José Delgado Chaveiro
 António José Gomes da Silva Duarte
 António José dos Santos Patrício
 António José Simões de Almeida
 António Luís Moreira Dias
 António Luís Sanches Luís
 António Manuel de Barros Rodrigues
 António Manuel Bragança Rijo
 António Manuel Rodrigues Fernandes
 António Manuel dos Santos Ladeiras
 António Maria Magro Rosa
 António Mendes Duarte
 António Miguel Condeça Baião
 António Miguel Nogueira Cardoso
 António Miguel dos Santos Rodrigues Fernandes
 António Moreira da Costa Ramos
 António Morgado Macedo
 António Neves Pinto
 António de Oliveira Rodrigues Cirne
 António Pereira Lopes
 António da Rocha Teixeira
 António Rodrigues Marques
 António Rosa dos Santos
 António Saraiva Vilaça
 António da Silva Prates
 António Simões Godinho
 António Simões da Silveira
 António da Veiga Freire
 Arlindo António Marques Rodrigues de Almeida
 Arlindo Nunes Castelão
 Armando Luís Borges Mesquita
 Arménio Oliveira Martins das Neves
 Arménio Simões da Silveira
 Armindo da Conceição Esperança
 Armindo Correia Leite
 Artur José de Oliveira Ferreira da Vinha
 Artur Marques Rodrigues
 Atílio Lourenço Mesquita Guerra
 Augusto Ismael Beirão Vieira
 Avelino Peixoto Feio de Azevedo
 Avelino Ribeiro dos Santos Veiga
 Basílio Alexandre da Silva Oliveira
 Belarmino Fernandes Joaquim
 Benjamim Valente
 Bernardino Geraldês dos Santos
 Bernardo Maria de Sottomayor Neuparth
 Berto Monteiro de Oliveira
 Camilo Armando de Sousa Oliveira
 Cândido Joaquim Lima da Silva Graça
 Carlos Alberto Baleia Matias
 Carlos Alberto da Costa Marques
 Carlos Alberto Costa Ribeiro Couto

Carlos Alberto Dias Vaz de Medeiros
 Carlos Alberto Lopes Correia
 Carlos Alberto Miranda Monteiro
 Carlos Alberto Pereira Fernandes
 Carlos Alberto Rocha Alves
 Carlos Alberto Rosa dos Santos
 Carlos António Chambers de Sousa Pinto
 Carlos Cipriano da Costa
 Carlos Jorge Ilha Guedes da Silva
 Carlos Jorge dos Santos Rodrigues
 Carlos Luís Pereira
 Carlos Manuel do Amaral Videira
 Carlos Manuel Correia Marques
 Carlos Manuel Damas Pelado
 Carlos Manuel Góis dos Santos
 Carlos Manuel Pereira dos Reis
 Carlos Manuel Ponte Júlio
 Carlos Manuel Rosa Cardoso Dias
 Carlos Pereira da Silva
 Carlos Roberto de Vilhena de Oliveira de Andrade Botelho
 Celestino Pedro Ramos
 Cesário Guilherme Ferreira
 Cláudia Sofia Oliveira Marques
 Daniel Costa Rodrigues
 Daniel dos Santos Branco Vasco
 Daniel da Silva Bastos
 David Manuel Basílio de Pinho
 Delfim Leite da Costa Oliveira
 Delfim Manuel da Costa Oliveira
 Diogo Alberto Casais Fernandes Magalhães
 Domingos António Neves Pinto
 Domingos Monteiro Xavier
 Duarte Velada Rosado
 Edmundo José Dias dos Santos
 Eduardo Filipe de Andrade Conrado
 Eduardo José de Sousa
 Eduardo Manuel Amorim dos Santos Pereira
 Eduardo Manuel Chaminé Poças Ferreira
 Eduardo Martinho Conceição
 Eduardo da Silva Rangel
 Eleutério da Cruz Serrano
 Emílio Luís Carvalho de Almeida
 Emílio Manuel da Silva Corrêa
 Eurico Arnaldo de Sousa e Menezes
 Felisberto Duarte Ferreira Da Silva
 Fernanda Maria Ribeiro Castanheira Mendes
 Fernanda da Silva Araújo
 Fernando Alfredo dos Santos Gonçalves
 Fernando de Almeida Mouta
 Fernando António Amaro dos Santos
 Fernando Augusto Cardoso Moreira
 Fernando Bento dos Santos Marques

Fernando Carlos de Almeida Pinheiro
 Fernando Carlos Domingues da Cerveira Pinto
 Fernando Carvalho Peixoto
 Fernando Dias Moreira
 Fernando Duarte Ferreira Barata
 Fernando da Encarnação Carrilho
 Fernando Eugénio de Abreu
 Fernando Gonçalves Dias
 Fernando Jorge Fernandes da Cerveira Pinto
 Fernando José da Silva Pinto Coelho
 Fernando Lopes Rosa
 Fernando Manuel do Carmo
 Fernando Manuel Carvalho Almeida
 Fernando Manuel Ferreira Cardoso
 Fernando Manuel Ribeiro de Castro
 Fernando Manuel Ribeiro da Costa
 Fernando Manuel Silva Cerqueira
 Fernando Manuel da Silva Pereira Canastro
 Fernando Manuel de Sousa Dos Santos Claudino
 Fernando de Oliveira Domingues
 Fernando Oliveira da Silva
 Fernando do Rego de Amorim
 Fernando Sérgio Silva Reis Carmo
 Fernando Ventura Lage
 Filipa Alexandra Chaves Dias
 Francisco António Vaz Rato Vidinha
 Francisco Ferreira da Silva
 Francisco Manuel Teixeira Quintas
 Francisco de Paula de Almeida Tavares de Sena
 Gabriel César das Neves Coelho
 Graça Maria Nascimento Vilhena
 Guilherme de Jesus Estriga Arranhado
 Guilherme José Azevedo Mesquita
 Hamilton Manuel de Oliveira Marques Maio
 Hélder Manuel Amorim Dos Santos Pereira
 Hélio Mauri Carvalho Pereira
 Henrique Carlos Canelas de Oliveira
 Henrique José Do Carmo Teixeira Grácio
 Herculano José Pombinho
 Hermínio José Monteiro Caetano
 Hernâni José Santana da Conceição
 Hilário Rodrigues Pacheco
 Humberto Fernando Valadas Pires Morão
 Ilda Maria de Jesus Monteiro
 Ília de Figueiredo Gomes
 Ivo Candeias Aniceto
 Ivone Carla dos Santos Miranda Branco Vasco
 Jacinto Cabral Travassos
 Jaime António Camacho Ferreira de Carvalho
 Jaime Castanheira Mendes Correia
 Jerónimo Gonçalves Pereira Antunes
 João António da Silva Almeida

ASSOCIADOS

João António de Sousa
 João Augusto Lopes Pala
 João Baltazar Silva Carmona
 João Carlos Freire de Oliveira
 João Carlos Pessoa Alves Garcia
 João Carlos Ribeiro de Sousa Magalhães
 João Carlos da Silva Melo de Sousa
 João da Cruz Teixeira Gonçalves
 João Diogo Borges Fernandes Lopes
 João Emílio Pimpão Carqueija
 João Guilherme Pereira Rodrigues
 João Herculano Ribeiro de Aragão
 João Joaquim Martins Castanheira
 João Jorge Silva de La Feria
 João José Ferreira de Moura Botas
 João José Lordelo Teixeira
 João José Rosa Guerra
 João Lúcio da Costa Lopes
 João Luís Fernandes Ferreira
 João Luís de Freitas Rodrigues
 João Luís da Silva Lemos Valentim
 João Luís de Sousa Abreu
 João Manuel de Lima Casqueiro Haderer
 João Manuel de Oliveira Couto
 João Manuel Parreira Moura Marques
 João Manuel Pires
 João Manuel Ribeiro Soberano
 João Manuel Ribeiro Texugo de Sousa
 João Maria do Carmo Gomes Pelotas
 João Mendonça Correia
 João Pedro de Oliveira Paralva
 João Pedro Santos de Almeida
 João Pereira da Silva Filho
 João Zulmiro Ferreira de Oliveira
 Joaquim António Nunes Rebordão
 Joaquim José Parreira Fragoso
 Joaquim José Pereira Guimarães da Costa
 Joaquim de Lima Moreira Vaz
 Joaquim Maria da Costa
 Joaquim Marques
 Joaquim Miguel Almeida Costa
 Joel Penedo Marques Duarte
 Jorge Afonso Cardoso Ferreira Pinto de Oliveira
 Jorge Alberto da Silva Oliveira
 Jorge Barnabé Alemão Rebelo
 Jorge Leal Rebelo Vieira
 Jorge Manuel de Araújo Teixeira
 Jorge Manuel Franco Rodrigues Barata
 Jorge Manuel Proença Seixas
 Jorge Manuel Saraiva Brandão
 Jorge Manuel da Silva Ferreira de Brito
 Jorge Martins Dionísio

Jorge Moreira Raposo
 Jorge Primo Pinto Soromenho
 Jorge dos Santos Ferreira
 José Agostinho Rodrigues Jorge
 José Alberto Campos Costa
 José Alfredo Silva Agulheiro
 José António dos Santos Ruivinho
 José António da Silva Quintas
 José António Soares Arruda
 José Augusto Cabo Verde Mendes
 José Augusto Louro Esperança
 José Augusto da Silva Pato
 José Barros da Rocha
 José Carlos Carrilho Pinto
 José Carlos de Oliveira Leitão
 José Carlos Pássaro Pinto Cravo
 José Carlos da Silva Filipe
 José Eduardo Leal Moita
 José Fernando Ferreira Martins
 José Fernando de Jesus Teixeira Domingues
 José Fernando Pinto de Almeida Oliveira
 José Ferreira de Moraes Antas
 José da Fonte e Castro
 José Gato dos Santos
 José Henriques dos Santos
 José Inácio da Costa Lopes Júnior
 José de Jesus dos Santos Rosa
 José João Brás Matias
 José Júlio Roma de Andrade
 José Justino Veiga da Silva
 José Lameiras de Sousa
 José Luís Martins de Freitas
 José Luís Oliveira Quelhas
 José Machado da Silva
 José Manuel de Almeida Marques
 José Manuel Diniz Maria
 José Manuel Guimarães da Costa
 José Manuel Henriques Fortunato
 José Manuel de Lemos Marques Sobreiro
 José Manuel da Luz Maranhães
 José Manuel Mendes de Carvalho
 José Manuel Peixoto Pais
 José Manuel dos Santos de Moraes Antas
 José Manuel da Silva Cristóvão
 José Manuel Vieira Ribeiro
 José Maria Alves Martins dos Santos
 José Maria Godinho Espírito Santo
 José Maria da Silva Soares Ribeiro
 José Mariano Lapa Batista
 José Miguel da Silva Costa
 José do Nascimento Candeias Custódio
 José Ramos Martins

José Ribeiro Alves
 José da Rocha Monteiro
 José Santos Ferreira
 José da Silva Devezas
 José da Silva Nunes
 José Vieira Fernandes Palha
 Júlio Adelino Alves Nogueira
 Júlio António Ascensão Cachapa
 Júlio Varela Monteiro Conceição
 Lucília Maria Cristóvão Nunes de Jesus
 Luís Alberto Barros da Silva
 Luís Amândio Duarte da Silva Bouceiro
 Luís António da Silva Pinto Coelho
 Luís Artur Pereira de Almeida
 Luís Augusto Almeida Nogueira
 Luís Augusto Duarte
 Luís de Deus
 Luís Duarte dos Santos Rafael Nunes
 Luís Fernando da Veiga Pires
 Luís Filipe Rocha Rodrigues
 Luís Filipe dos Santos Lança da Silva Gomes
 Luís Jorge Xavier Rijo
 Luís Manuel Jesus da Costa
 Luís Manuel da Silva Messias
 Luís Mateus Canhoto Andrade
 Luís Ornelas Glória
 Luís Pedro dos Santos Ladeiras
 Luís Valdomar da Silva Santos Pedrosa
 Manuel Aires Brilhante Sobral
 Manuel Alves Simões
 Manuel Antero Pereira dos Santos
 Manuel António Ladeiras
 Manuel Antunes do Amaral
 Manuel Augusto Adriano Mayer Raposo
 Manuel Felisberto da Encarnação
 Manuel Fernandes Tavares
 Manuel Fernando Bragança Rijo
 Manuel Fernando Carvalho Peixoto
 Manuel Fernando Lopes
 Manuel Fernando Pereira
 Manuel Fernando Pereira Crespo
 Manuel Fernando da Silva Almeida
 Manuel João Reisinho Beleza de Andrade
 Manuel Jorge Azevedo Sousa
 Manuel Jorge Domingues Teixeira
 Manuel Lima Monteiro
 Manuel Luís da Silva Cunha e Costa
 Manuel Marques de Sousa
 Manuel Moreira Pinto
 Manuel Olímpio Evangelista Passos Ramos
 Manuel Pedro Vieira Fontes
 Manuel Raul Gouveia Teixeira

Manuel dos Santos Pereira
 Manuel Vicente Coelho de Almeida
 Maria Alexandra dos Santos Trovisco Aires Vargas
 Maria Júlia Amaro Fernandes de Carvalho
 Maria Madalena dos Santos Nogueira Caracol
 Mário Alexandre Alves Jorge
 Mário Augusto de Aguiar Barreira
 Mário Fernando Baptista da Costa
 Mário Fernando da Silva Simões
 Mário Nunes Mendes
 Mário de Sousa Gonçalves
 Mário Vilhena de Carvalho Beirão Vieira
 Miguel José de Amorim Machado
 Norberto Dias dos Santos
 Nuno Afonso Cardoso Ferreira Pinto de Oliveira
 Nuno Gabriel Ferreira de Mesquita Pires
 Nuno Manuel Moreno de Eça Braamcamp
 Nuno Miguel Ramos Peixoto
 Orbílio Augusto Gonçalves Lopes
 Orlando Espírito Santo Álvares
 Orlando Jorge Ferreira Carneiro Zagalo
 Óscar Carneiro Jales
 Paula Maria Ramada Leite da Costa Lopes Santos Vicente
 Paulo Jorge Duarte Correia
 Paulo Jorge Maio de Andrade
 Paulo Jorge Mendes Pires
 Paulo Ricardo Figueira Ferreira
 Paulo Sérgio dos Santos Gouveia
 Pedro António Monteiro da Fonseca
 Pedro Augusto Antunes Silva
 Pedro Gil Ferreira Lima
 Pedro Manuel Baltazar Fontoura
 Pedro Miguel dos Santos Gaspar Amaral
 Raquel Sofia de Jesus Monteiro Carvalho da Silva
 Raúl Manuel Raposo de Almeida
 Reinaldo Lucas de Carvalho
 Ricardo Joaquim de Vasconcelos Peixoto Guimarães
 Ricardo José Neves da Silva
 Rui Acácio Marques Rodrigues de Almeida
 Rui Alberto Ventura Mangerição
 Rui Alexandre Leitao da Anunciação
 Rui Filipe Castela Ramos Pereira
 Rui Hélder da Costa Santos
 Rui Joaquim Azevedo Pereira
 Rui José Azevedo de Oliveira
 Rui Manuel Martins Ribeiro
 Rui Mendes Ferreira
 Rui Miguel Nunes Lopes
 Rui Paulo dos Santos Casimiro
 Rui Pedro Simões de Carvalho
 Rui Soares Fernandes
 Salvador Martins Ferreira

ASSOCIADOS

Sandra Isabel Ferreira Lopes
Secundino Cristóvão Barbosa Alves de Queirós
Sérgio Alexandre Fernandes Borges
Sérgio Luís Bianchi Tedim Belchior Gouveia
Sónia Cristina Ribeiro Alves Fevereiro Latas
Teodoro José Miguel Leote
Teresa Dias Vidinha
Valdemar Luís da Costa
Valter André Pinhal da Cunha
Vasco de Almeida
Victor Hugo Lemos da Costa Antunes
Vitor Hugo Cândido Duarte
Vitor Manuel dos Santos Marques
Vitor Manuel da Silva Ferreira
Zacarias Malheiro da Silveira
Zélio Manuel Mota de Carvalho

NOVOS DESPACHANTES

António José Barbosa Magalhães
Filipa Alexandra Chaves Dias
Jorge dos Santos Ferreira
Nuno Miguel Ramos Peixoto
Pedro Gil Ferreira Lima
Raquel Sofia de Jesus Monteiro Carvalho da Silva
Rui Pedro Simões de Carvalho
Valter André Pinhal da Cunha

CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Fernando Mário Ferreira Bicho
Joaquim Cardoso Correia

SUSPENSÃO VOLUNTÁRIA DE ATIVIDADE

Paulo Jorge de Gusmão Teixeira

DESPACHANTES FALECIDOS

Manuel Ferreira de Moraes Antas
N. 03.05.1924
F. 30.09.2016

Joaquim de Brito Mendes
N. 27.12.1923
F. 30.04.2016

Joaquim António Ferreira de Matos
N. 04.11.1925
F. 01.09.2016

Acácio Francisco José Pinto Bastos Rebelo
N. 01.02.1929
F. 27.11.2015

Agostinho Francisco Duarte de Brito
N. 17.07.1930
F. 20.12.2015

David Manuel de Abreu
N. 03.11.1933
F. 15.08.2016

Fernando Dias dos Santos
N. 06.05.1934
F. 04.02.2016

Armando da Silva Amaral
N. 15.06.1936
F. 20.04.2016

Humberto Resendes de Melo
N. 07.02.1942
F. 13.07.2016

José Inácio Ramada Leite Costa Lopes
N. 20.01.1971
F. 08.06.2016

Américo Carretero Gomes de Aguiar
N. 05.08.1932
F. 28.11.2016

REFLETINDO

FERNANDO CARMO
BASTONÁRIO ODO



Não foi fácil o primeiro ano da nossa Ordem!

Não foi fácil aceitar toda a incerteza criada por ambíguas posições de quem deveria pugnar pela certeza, segurança e transparência das decisões que deveriam ser adotadas, mas neste caso sempre adiadas.

Afinal, temos sempre assumido um comportamento no sentido de obter consensos, compreendendo sempre e de forma séria as dificuldades em presença, mas não tem vindo a ser retribuído e reconhecido este nosso esforço.

O espírito e a letra da Lei, que criou o Estatuto da nossa Ordem, se fosse interpretada com espírito aberto, sem reservas mentais ou preconceitos, poderia e deveria ser um instrumento clarificador da situação anormal que se vive em Portugal no âmbito da nossa atividade profissional.

Não queremos, nem nunca desejamos, soluções egoístas e, por isso, entendemos sempre que as soluções deveriam respeitar os interesses em presença e os direitos adquiridos resultantes de decisões altamente discutíveis adotadas em devido tempo.

Consideramos desenquadrado o argumento ficcionado de incompatibilidade do nosso Estatuto com a legislação comunitária, veiculado por carta cuidadosamente preparada para o fim em vista.

Seja como for, avizinha-se uma solução que, esperamos, resolverá a situação de uma vez por todas. Fica expressamente dito que não aceitaremos mais soluções ambíguas que, no fundo, eternizam uma situação que carece de clarificação urgente.

Os operadores económicos, o mercado, as regras de concorrência, a estabilidade comercial e profissional, as empresas e seus trabalhadores assim o exigem.

Estejamos preparados para os novos desafios, suas causas e consequências, mesmo que isso implique uma mudança absoluta nas formas de exercício da nossa atividade.

Como diz o povo: “ou há moralidade, ou comem todos”, sendo certo que é preciso conhecer de que lado estamos e quem defende, como nós, a legalidade e a transparência sem hesitações ou critérios de oportunidade.

Um Abraço,

FICHA TÉCNICA



ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS

Propriedade e Edição:

ODO - Ordem dos Despachantes Oficiais
Rua D. Luís I, 5, 5.º
1249-286 Lisboa
t | +351 213 931 320
f | +351 213 931 329
www.odo.pt

Diretor

Dr. Fernando Carmo

Coordenação

RISCOS - Sociedade Editora, Unipessoal, Lda.
Apartado 30
4585-592 Recarei
t | +351 224 339 160
riscos.editora@mail.teleac.pt

Depósito Legal: 237 225/06

Tiragem: 1000 exemplares



ORDEM DOS
DESPACHANTES
OFICIAIS

Uma nova Ordem,
uma velha preocupação.

Garantir aos despachantes
o acesso aos melhores
cuidados de saúde.

De fonte segura.

Mediação de seguros | Gestão de risco
www.visavis.pt





IFCBA

International Federation of Customs Brokers Associations

